

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

DOCTRINA

Artigos

Autonomía e intervención en la vida privada en la Constitución uruguaya – ¿Dilema falso o verdadero?

Juan Pablo Cajarville Peluffo.....	13
I Introducción. Agradecimiento y homenaje.....	13
II Las "acciones privadas" en la Constitución uruguaya.....	14
III Las razones del sometimiento a la autoridad.....	16
IV Perjuicio a un tercero.....	17
V Ataque al orden público. Interés público.....	17
VI Coherencia sustancial del sistema constitucional.....	19
VII Insuficiencia del control jurisdiccional.....	19
VIII Conclusión.....	21

El control de la corrupción en el Derecho Comparado – Los casos de Argentina, Brasil y España

Alfonso Buteler.....	23
I Introducción.....	23
II El fenómeno de la corrupción.....	24
III Los instrumentos internacionales anticorrupción y los órganos de control.....	26
IV Analisis comparado de los organismos que controlan la corrupción.....	27
1 Republica Argentina.....	27
1.1 Particularidades.....	27
1.2 Previsiones constitucionales.....	29
1.3 Organismos anticorrupción.....	30
1.3.1 La Oficina Anticorrupción.....	30
1.3.2 La fiscalía de investigaciones administrativas.....	32
2 Brasil.....	36
2.1 Particularidades.....	36
2.2 Régimen constitucional.....	36
2.3 Organismos de control.....	39
2.3.1 Contraloría General de la Unión.....	39
2.3.2 Comisión de Ética Pública.....	40
3 España.....	40
3.1 Particularidades.....	40
3.2 Los organismos de control.....	41
3.2.1 Fiscalía Anticorrupción.....	41
3.2.2 La intervención general de la Administración del Estado.....	42
3.2.3 Tribunal de Cuentas.....	42
3.2.4 Oficina de conflictos de intereses.....	43

La responsabilidad internacional del Estado por omisión en materia de Derechos Humanos

Juan M. González Moras	45
1 Introducción.....	45
2 Principales cuestiones implicadas en la responsabilidad internacional del Estado por omisión en materia de Derechos Humanos.....	46
2.1 Obligaciones asumidas por los Estados nacionales en el marco del Derecho internacional de los Derechos Humanos.....	47
2.2 Sobre el denominado "control de convencionalidad".....	52
3 El influjo del Derecho internacional de los Derechos Humanos en materia de responsabilidad estatal. El rol del "principio de igualdad y no discriminación".....	54
3.1 Presupuestos de la responsabilidad internacional del Estado en materia de Derechos Humanos. Impacto en el esquema tradicional de la responsabilidad pública en Argentina.....	56
3.2 El "principio de igualdad y no discriminación" en el marco del Derecho internacional de los Derechos Humanos. La Opinión Consultiva Nº18/03.....	59
3.3 Criterios de la Corte Interamericana en materia de responsabilidad estatal por omisión.....	62
3.3.1 Alcances de la reparación.....	64
3.3.2 Recepción y aplicación de la doctrina de la Corte Interamericana por parte de la Corte Suprema de Justicia de la Nación.....	65
3.4 Armonización del sistema de responsabilidad pública interno bajo los principios del Derecho internacional de los Derechos Humanos.....	69
4 Conclusiones.....	71

Os bens jurídicos tutelados na Lei de Improbidade Administrativa e o dever de correspondência dos agentes públicos em face das responsabilidades jurídicas consecutórias

Rogério Gesta Leal	75
1 Notas introdutórias.....	76
2 Alguns fundamentos filosóficos, políticos e jurídicos da improbidade administrativa.....	76
3 Qual o patrimônio jurídico protegido pela Lei de Improbidade Administrativa no Brasil?.....	88
Referências.....	99

A atividade administrativa de fomento na gestão integrada de resíduos sólidos em perspectiva com o desenvolvimento sustentável

Augusto César Leite de Resende, Emerson Gabardo	105
1 Introdução.....	106
2 Direito fundamental ao desenvolvimento sustentável.....	107
3 Panorama geral da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos.....	117
4 O papel das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.....	120
5 O dever estatal de fomentar a criação e o desenvolvimento de associações e cooperativas de catadores.....	122
6 Considerações finais.....	128
Referências.....	129

A noção constitucional de desenvolvimento para além do viés econômico – Reflexos sobre algumas tendências do Direito Público brasileiro

Daniel Wunder Hachem	133
1 Tendências do Direito Público brasileiro – Entre intervenção estatal e subsidiariedade.....	134

2	O entrecruzamento das tendências do Direito Constitucional e do Direito Administrativo em matéria de desenvolvimento social.....	137
3	Uma noção de desenvolvimento constitucionalmente adequada – Insuficiência da perspectiva econômica e delineamento da concepção jurídica.....	150
4	Reflexos do dever constitucional de promoção do desenvolvimento no campo dos direitos fundamentais econômicos e sociais.....	156
	Referências.....	164

A retratação do veto do Chefe do Poder Executivo

Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz	169
--	-----

O direito coletivo de acesso à informação pública – Um estudo comparado entre a legislação brasileira e a colombiana

Alexsandro Fonseca Ferreira, Marcelo Rodrigues Mazzei, Zaiden Geraige Neto	177	
1	Introdução.....	178
2	Breve relato histórico do direito ao acesso à informação pública no mundo.....	179
3	Noções gerais do direito de acesso à informação pública.....	180
4	Estudo comparado entre a legislação brasileira e a colombiana.....	183
5	Conclusão.....	192
	Referências.....	194

Liberdade de expressão, Lei de Imprensa e discurso do ódio – Da restrição como violação à limitação como proteção

Indiara Liz Fazolo Pinto	195	
1	Introdução.....	196
2	Liberdade de imprensa, democracia e direitos humanos.....	197
3	A liberdade de imprensa na Constituição de 1988 – Conteúdo jurídico e possibilidades de limitação.....	204
4	A restrição da liberdade de imprensa como violação de direitos fundamentais – a Lei nº 5.250/67 e o julgamento da ADPF nº 130 pelo Supremo Tribunal Federal.....	213
5	A limitação da liberdade de imprensa como proteção de direitos fundamentais – Discurso do ódio.....	218
6	Conclusão.....	225
	Referências.....	227

Parecer

Cobrança de tarifa independentemente da conclusão do mecanismo de tratamento do esgoto. Exame dos aspectos de constitucionalidade e legalidade

Maria Sylvia Zanella Di Pietro	233	
1	Da consulta.....	234
2	Parecer.....	235
2.1	Delimitação da consulta diante do direito positivo.....	235
2.2	Período de vigência da Lei nº 6.528/78.....	236
2.3	Período posterior à entrada em vigor da Lei nº 11.445/2007.....	240
2.3.1	Características do serviço público de saneamento básico.....	240
2.3.2	Das formas de gestão do serviço público de saneamento básico.....	242
2.3.3	O serviço de saneamento no Município de São Paulo.....	243
2.3.4	Política tarifária – Atendimento de aspectos econômicos e sociais.....	246
2.3.5	Do serviço de esgotamento sanitário.....	253

3	Inexistência de afronta ao Código de Defesa do Consumidor	256
4	Jurisprudência.....	259
5	Resposta aos quesitos.....	261
ÍNDICE		265
ABSTRACTS		269
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES		273